

# **PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Tribunal de Justiça - Vara Única da Comarca de Minas Novas

## **PROJETO AGENDA 2030: APP DATIVOS – GESTÃO DIGITAL DE NOMEAÇÕES PROPOSTA DE IMPLEMENTAÇÃO TECNOLÓGICA PARA EQUIDADE PROCESSUAL**

**Proposta de Intervenção Tecnológica para o Fortalecimento da Governança Judiciária.**

Alinhamento com a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 8 (Trabalho Decente), 10 (Redução das Desigualdades)  
e 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes)

Joseph Anthony Lopes Evangelista

Assessor de Juiz – Vara Única da Comarca de Minas Novas

## **1. Objetivo geral**

O projeto **App Dativos – Gestão Digital de Nomeações** tem como finalidade primordial implementar um sistema automatizado de sorteio de advogados dativos na rede do TJMG, visando promover um espaço de diálogo jurídico transparente e reafirmar o papel transformador do conhecimento. A iniciativa busca romper com o modelo de designação manual, garantindo auditabilidade plena e a integridade do processo de escolha por meio de critérios objetivos e impessoais que assegurem a rotatividade democrática entre os profissionais.

## **2. Justificativa**

A transição para um fluxo digital fundamenta-se na superação das fragilidades na gestão de listas, evidenciadas pela experiência na Comarca de Minas Novas, onde a delegação de indicações à 215ª Subseção da OAB enfrentou dificuldades em razão da ausência de mecanismos de controle. A falta de uma trilha de auditoria nas tentativas manuais impedia a verificação da impessoalidade, núcleo de conflito que o aplicativo soluciona ao fornecer registros digitais permanentes e imutáveis.

O código-fonte do sistema inova ao buscar o equilíbrio total das nomeações, operando tanto dentro de cada classe processual quanto no âmbito geral da comarca, impedindo a concentração de múnus e democratizando as oportunidades. Esta lógica fortalece a eficácia institucional ao permitir a fiscalização contínua dos atos administrativos, alinhando-se aos ODS oito e dezesseis através da transparência ativa e da segurança operacional.

## **3. Objetivos**

Entre as metas específicas, o projeto visa reduzir o tempo de análise e simplificar as nomeações, assegurando a rastreabilidade total de cada sorteio realizado. A ferramenta busca criar um histórico de designações por meio de checklists integrados que verificam a admissibilidade e a classe processual, eliminando as falhas de controle inerentes aos modelos manuais e promovendo a celeridade judiciária. Pretende-se consolidar um mecanismo que permita auditorias periódicas, baseadas em dados concretos de aceites e recusas, reforçando a confiança pública na administração da justiça.

## **4. Estrutura e Metodologia**

Em estrita observância aos requisitos de inovação e aplicabilidade prática, a estrutura do projeto consiste em uma plataforma web dedicada à gestão parametrizada de advogados dativos, com funcionalidade de sincronização automática com a base de dados oficial da rede do TJMG. A

metodologia operacional utiliza um algoritmo de sorteio equitativo que exige a vinculação de cada nomeação a um número de processo e classe específica, alimentando um contador individual que garante o rodízio matemático e a impessoalidade. O fluxo de trabalho contempla o controle de respostas para registro de aceite, recusa ou decurso de prazo, permitindo a exportação de relatórios auditáveis em formatos PDF, CSV ou banco de dados, assegurando a transparência exigida para o reconhecimento da Unidade Avançada de Inovação em Laboratório.

## **5. Público-Alvo**

O público-alvo compreende magistrados, membros do Ministério Público, defensores e advogados dativos, além de servidores e estagiários em formação. O projeto alcança também os adolescentes aprendizes, consolidando o Fórum como um espaço de formação técnica pautada na ética e na transparência institucional.

## **6. Parcerias Institucionais**

Serão convidadas a participar a OAB, instituições de ensino superior e organizações dedicadas à população vulnerável, visando o apoio logístico para um modelo de justiça colaborativo e auditável. O intercâmbio de conhecimento entre estudantes e a comunidade jurídica foca na manutenção da integridade dos dados e na transparência do processo de sorteio.

## **7. Considerações Finais**

O projeto qualifica a unidade judiciária para o Certificado Agenda 2030 ao demonstrar compromisso direto com a inovação em governança e a auditabilidade sistêmica, estando atualmente em andamento e plena utilização na Comarca de Minas Novas. Ao conectar a eficiência administrativa à proteção de direitos e à rastreabilidade dos atos, a iniciativa serve como modelo de boa prática para uma sociedade mais justa e consciente de sua responsabilidade social